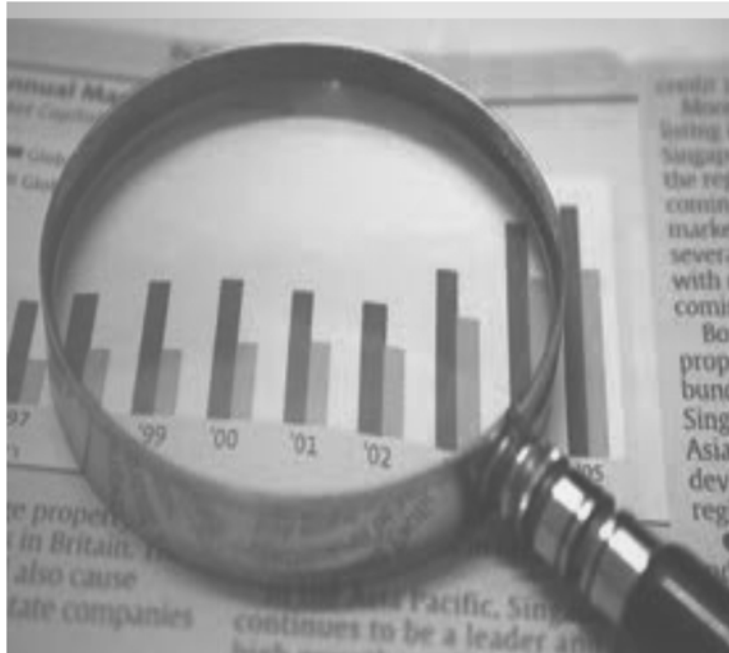


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

ÁREAS: TODAS AS ÁREAS

Aplicação: 12/10/2012

Caderno de Provas Objetiva P_1 e Discursiva P_3

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Nunca se é demasiado velho para crescer.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br



- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA P₁ — CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leis anticorrupção não andam

O Brasil é signatário de pelo menos quatro convenções internacionais que tratam do combate à corrupção. No entanto, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, desperdiça cerca de R\$ 7 bilhões por ano com a perda de produtividade provocada por fraudes públicas, além de figurar entre os principais países onde a corrupção é um empecilho para o crescimento. De acordo com a organização não governamental Transparência Internacional, o país ocupa a 73.^a posição no quesito corrupção, entre 182 países. Um dos motivos apontados por especialistas para esse mau desempenho é a falta de leis mais rígidas. Um levantamento da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção revela que aprová-las não tem sido prioridade do Congresso Nacional.

A pesquisa mostra que, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tramitam 139 projetos de lei que tratam, em algum ponto, do enfrentamento da corrupção. A maior parte impõe punições mais rigorosas para os corruptos, como o aumento de penas, a ampliação de prazos de prescrição e o enquadramento dos ilícitos ligados à corrupção em crimes hediondos e inafiançáveis. No entanto, as propostas estão paradas em comissões e no plenário à espera de um empurrão. Pelo menos dez projetos aguardam votação há mais de uma década.

Correio Braziliense, 19/9/2012, p. 6 (com adaptações).

Em relação às ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 A inserção de vírgula imediatamente após a palavra “internacionais” (ℓ.2) manteria a correção gramatical e o sentido original do texto e ainda conferiria ênfase à ideia expressa na oração subsequente, ou seja, ao fato de as convenções internacionais versarem sobre o combate à corrupção.
- 2 Seria mantida a correção gramatical do texto caso o segundo período do segundo parágrafo se iniciasse da seguinte forma: A maior parte desses projetos impõem punições (...).
- 3 No texto, tipicamente dissertativo, o autor expõe fatos e ideias a respeito do combate à corrupção no Brasil.
- 4 O segundo parágrafo do texto detalha a informação, enunciada no final do primeiro parágrafo, de que a aprovação de leis mais rígidas contra a corrupção não tem sido prioridade para os parlamentares brasileiros.
- 5 Se o numeral ordinal “73.^ª” (ℓ.8) fosse escrito por extenso, a forma correta seria: seteptuagésima terceira.
- 6 O conectivo “No entanto” (ℓ.3) introduz um período que expressa a ideia de que o Brasil não dispõe de leis dirigidas ao combate da corrupção, opondo-a à ideia veiculada no período anterior de que o país apoia convenções internacionais contra a corrupção.

No Brasil, os tribunais de contas são entes autônomos, independentes e constitucionalmente instituídos — sem qualquer vínculo de subordinação aos poderes da República — que fornecem auxílio operacional, técnico e especializado ao Poder Legislativo e cujas decisões, de natureza administrativa, não têm caráter jurisdicional, permanente. É importante destacar que o auxílio prestado pelos tribunais de contas não comporta a ideia de imposição de relações de subordinação entre o órgão e o Legislativo. Trata-se do fato de os tribunais de contas serem necessários ao Poder Legislativo, pois não existe a possibilidade de se exercer o controle externo sem a indispensável contribuição dos tribunais de contas, entidades tecnicamente estruturadas para essa atividade de Estado. A expressão “auxílio” deve ser entendida como colaboração funcional, e não como subordinação hierárquica e administrativa.

O modelo de tribunal de contas idealizado, estruturado e posto em prática no Brasil é único no mundo, não tem correspondência com o modelo tradicional de corte de contas. No Brasil, esses tribunais desempenham funções fiscalizadoras típicas de controladoria, além de assumirem as funções de ouvidoria e de órgão consultivo. Seus fundamentos organizacionais e seus processos decisórios equivalem a uma mescla dos processos e maneiras de decidir típicos do Legislativo e do Judiciário.

Renato S. Quintal *et al.* A atuação dos tribunais de contas estaduais brasileiros na correção das demonstrações contábeis dos processos de prestação de contas dos governadores. In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: FGV, v. 17, n.º 60, jan.-jun./2012 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens de 7 a 13.

- 7 Na construção do primeiro parágrafo do texto, o autor opõe a ideia de subordinação, veiculada, por exemplo, por “relações de subordinação” (ℓ.8) e “subordinação hierárquica e administrativa” (ℓ.15-16), e a ideia de colaboração, expressa em trechos como “autônomos” (ℓ.1), “independentes” (ℓ.2) e “colaboração funcional” (ℓ.14-15).
- 8 As ideias são expressas no texto na seguinte sequência: definição do tribunal de contas brasileiro, função precípua desses tribunais, natureza de sua vinculação ao Poder Legislativo e unicidade de seu modelo.
- 9 A partícula “que” (ℓ.4) poderia ser corretamente substituída por **aos quais**. Nesse caso, a preposição é exigida pela presença, na oração, da forma verbal “fornecem” (ℓ.4) e o emprego do plural é obrigatório porque o pronome retoma “poderes da República” (ℓ.3).

- 10 Mantendo-se o sentido original do texto, o vocábulo “decisórios” (ℓ.23) poderia ser corretamente substituído por **decisivos**.
- 11 Como na redação do segundo parágrafo do texto foram atendidas as normas do padrão culto da língua, esse parágrafo poderia compor um documento oficial, como, por exemplo, uma exposição de motivos.
- 12 Dada a relação de igualdade expressa pela forma verbal “equivalem” (ℓ.23), seria mantida a correção gramatical do texto se essa forma verbal fosse empregada na terceira pessoa do singular — **equivale** —, caso em que concordaria com “uma mescla dos processos e maneiras de decidir típicos do Legislativo e do Judiciário” (ℓ.23-25).
- 13 O trecho “que o auxílio prestado pelos tribunais de contas não comporta a ideia de imposição de relações de subordinação entre o órgão e o Legislativo” (ℓ.7-9) exerce a função de sujeito da forma verbal “destacar” (ℓ.7).

Considerando o que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os próximos itens.

- 17 Para que a mensagem de correio eletrônico, cada vez mais empregada no serviço público, tenha valor documental, é necessário existir certificação digital que ateste a identidade do remetente, na forma estabelecida em lei.
- 18 Avisos destinados unicamente a encaminhar documentos devem ser iniciados com a referência ao expediente que solicitou o encaminhamento. Se não tiver havido solicitação da remessa, deve constar no campo Assunto a expressão **Sem solicitação prévia**.
- 19 O parágrafo de introdução de um ofício que vise convidar ministro do Tribunal de Contas da União para proferir palestra em um evento de caráter social e cultural no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES) deveria ser iniciado por: Tenho a honra de convidar o Senhor Excelentíssimo Ministro para proferir palestra neste Tribunal de Contas.
- 20 Todos os parágrafos do texto da exposição de motivos, do aviso e do ofício, à exceção do primeiro parágrafo e do fecho, devem ser numerados.

Text for items from 21 through 28

Welcome to Oxford

- 1 Many periods of English history are impressively documented in Oxford’s streets, houses, colleges and chapels. Within one square mile alone, the city has more than 900
- 4 buildings of architectural or historical interest. For the visitor this presents a challenge — there is no single building that dominates Oxford, no famous fortress or huge cathedral that
- 7 will give you a short-cut view of the city. Even Oxford’s famous University is spread amidst a tangle of 35 different colleges and halls in various parts of the city centre, side by
- 10 side with shops and offices. Nor does Oxford flaunt its treasures; behind department stores lurk grand Palladian doorways or half-hidden crannies of medieval architecture. The
- 13 entrance to a college may be tucked down a narrow alleyway, and even then it is unlikely to be signposted.

H. Cory. *Advanced writing with English in use*: CAE. Oxford University Press, 1999, p. 135 (adapted).

1 O rápido período em que trabalhei na chefia da Casa Civil de Benedito Valadares representou, na realidade, uma tomada de posição no que dizia respeito ao meu futuro. Até

4 então, não havia resolvido abandonar a clínica. Todas as manhãs ia ao Hospital Militar, pois não queria deixar de operar um dia sequer. Encontrava-me numa situação transitória —

7 sobre isso não tinha qualquer dúvida, dada a natureza política do cargo que ocupava. Tudo era questão de tempo. Mais dia, menos dia, e todo aquele alvoroço palaciano se extinguiria. E

10 o que iria fazer então? Daí a razão por que conservava meu consultório no edifício do Parc Royal e insistia em manter-me atualizado com a melhor técnica cirúrgica. Esforço vão. Em

13 Diamantina — a minha velha e amada Diamantina —, contudo, o destino já começara a tecer, com seus dedos invisíveis, a teia na qual em breve iria me enredar.

Juscelino Kubitschek. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1.º vol., 1974, p. 218 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, com base no texto acima.

- 14 Depreende-se do texto que Juscelino, na época por ele relatada, antevia a possibilidade de dedicar-se integralmente à política, embora tivesse consciência da transitoriedade do cargo que ocupava.
- 15 Nesse trecho do relato de Juscelino, feito em primeira pessoa e evadido de expressões subjetivas, observa-se o emprego de linguagem conotativa como em “o destino já começara a tecer, com seus dedos invisíveis, a teia na qual em breve iria me enredar” (ℓ.14-15).
- 16 O vocábulo “futuro” (ℓ.3) está empregado, no texto, no sentido de **sina**, e poderia ser por essa palavra substituído se o trecho em que ele ocorre fosse reescrito da seguinte forma: **à minha sina**, caso em que o emprego do sinal indicativo de crase seria obrigatório.

Based on the text above, it can be inferred that

- 21 Oxford University consists of 35 colleges which are located in different parts of the town.
- 22 in a little less than 2 square kilometres within this university town, one can find almost a thousand old buildings but no tall monuments from which one can see the whole city.
- 23 Oxford can be said to be a city which ostentatiously exhibits its treasures.

Judge the following items according to the text.

- 24 The University of Oxford is the most famous university in the world.
- 25 The preposition “amidst” (ℓ.8) can be synonymous with **among**.
- 26 The word “tangle” (ℓ.8) can be correctly replaced by **line**.
- 27 “Nor” (ℓ.10) means **not either**.
- 28 The relative pronoun “that” (ℓ.6) can be correctly replaced by **whose**.

Com relação aos sistemas operacionais Linux e Windows e aos programas de navegação na Internet, julgue os itens a seguir.

- 29 No Windows 7, é possível editar permissões em determinada pasta, de modo a impedir que outros usuários, exceto o administrador, tenham acesso a ela.
- 30 Uma página *web* inserida nativamente em Favoritos, no Google Chrome 21, será inserida automaticamente, e sem a necessidade de configurações adicionais, na nuvem do Google (Google Cloud), o que possibilita que o usuário tenha acesso a essa página em outro computador.
- 31 No Mozilla Firefox 15, por meio do recurso afixar uma aba como aplicativo, é possível armazenar *offline* o conteúdo da página referenciada por essa aba, de modo que esse conteúdo fica disponível mesmo sem acesso à Internet.
- 32 No Linux, o diretório padrão de usuários é o */home*. Nesse diretório, o usuário tem permissão de escrita, de execução e de leitura.

A respeito de programas de correio eletrônico e edição de textos, planilhas e apresentações em ambientes Microsoft Office e BrOffice, julgue os itens subsequentes.

- 33 A versão Microsoft Office 365, disponível na forma de serviço na nuvem (*cloud*), inclui o Word, o PowerPoint, o Excel, o Outlook e o OneNote, e permite criar, editar e compartilhar documentos e mensagens instantâneas *online*.
- 34 No BrOffice Calc 3.3, é possível salvar as planilhas em formato ODS ou XLS, sendo possível, ainda, sem a necessidade de instalação de componentes adicionais, exportar a planilha em formato PDF.
- 35 No Mozilla Thunderbird 15, por meio do recurso Arquivar em Pastas Particulares, no modo de visualização, é possível gerenciar de forma privativa os contatos, para os quais é possível especificar, entre outros atributos, nome, endereço e telefone.
- 36 No Microsoft Word 2010, para se criar um índice analítico de maneira que seus itens sejam atualizados automaticamente, deve-se marcar os termos que se deseja inserir no índice a partir da opção Marcadores ou Numeração, na guia Página Inicial, no grupo Parágrafo.

Acerca de busca e pesquisa na Internet e de procedimentos de segurança de informações, arquivos e pastas, julgue os itens que se seguem.

- 37 Para se combater com eficácia determinado *spam*, é suficiente que esteja instalado, no computador, um *firewall* pessoal em versão recente.
- 38 Considere que um usuário deseje pesquisar o termo missão no sítio www.tce.es.gov.br. Nesse caso, se utilizasse o Bing ou o Google para realizar sua pesquisa, o usuário poderia utilizar a seguinte sintaxe: “missão” site:www.tce.es.gov.br.

Em um órgão público, 40 relatórios de prestação de contas que apresentaram erro serão novamente analisados e, para que esse trabalho seja executado mais eficientemente, esses relatórios foram separados em dois grupos (A e B), cada um com 20 relatórios. Em cada grupo, os relatórios foram classificados, de acordo com o erro apresentado, em EM = relatório com erro de natureza média; EG = relatório com erro de natureza grave; ou EGS = relatório com erro de natureza gravíssima. Escolhendo-se, aleatoriamente, um relatório do grupo A, sabe-se que as probabilidades de ele ser classificado como EM, EG ou EGS são, respectivamente: $P_A(EM) = 0,5$; $P_A(EG) = 0,3$; $P_A(EGS) = 0,2$. No caso de relatório do grupo B, as probabilidades são: $P_B(EM) = 0,1$; $P_B(EG) = 0,6$; $P_B(EGS) = 0,3$.

Com base nessas informações, julgue o próximo item.

- 39 A probabilidade de se escolher, aleatoriamente, três relatórios, sendo dois do grupo A e um do grupo B, todos classificados como EGS, é expressa por $(4/20) \times (3/19) \times (6/20)$.

RASCUNHO

Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras — V — ou falsas — F —, de forma que um julgamento exclui o outro, e são simbolizadas por letras maiúsculas, como P, Q, R e S. A partir de proposições conhecidas, novas proposições podem ser construídas usando-se símbolos especiais. Alguns desses símbolos são apresentados na tabela abaixo.

símbolo	nome	notação	leitura	valor
~	negação	~P	não P	contrário ao de P: V, se P for F; ou F, se P for V
∧	conjunção	P∧Q	P e Q	V, se P e Q forem V; caso contrário, será F
∨	disjunção	P∨Q	P ou Q	F, se P e Q forem F; caso contrário, será V
→	condicional	P→Q	se P, então Q	F, se P for V e Q for F; caso contrário, será V
↔	bicondicional	P↔Q	P se, e somente se, Q	V, se P e Q tiverem os mesmos valores; caso contrário, será F

Considerando as definições acima e a proposição $\{(P\vee Q)\rightarrow[R\wedge(\sim S)]\}\vee[(P\wedge S)\leftrightarrow(Q\wedge R)]$, julgue os itens a seguir.

- 40 A negação da referida proposição é a proposição $\{[(P\vee Q)\wedge[(\sim R)\vee S]]\wedge\{[(\sim P)\vee(\sim S)]\leftrightarrow(\sim Q)\vee(\sim R)\}$.
- 41 Essa proposição é logicamente equivalente à proposição $\{[(\sim R)\vee S]\rightarrow[(\sim P)\wedge(\sim Q)]\}\vee[(P\wedge S)\leftrightarrow(Q\wedge R)]$.
- 42 Se P e S forem V e Q e R forem F, então o valor lógico da proposição em questão será F.

Na auditoria de uma empresa, o auditor concluiu que: “Ocorreu desvio de recursos se, e somente se, o gerente financeiro e o presidente da empresa estiveram envolvidos nesse desvio”.

Considerando que a conclusão do auditor corresponde a uma proposição verdadeira, julgue os itens seguintes.

- 43 Considere que a proposição-conclusão do auditor possa ser escrita, simbolicamente, na forma $P\leftrightarrow Q\wedge R$, em que P, Q e R sejam proposições adequadamente escolhidas. Nesse caso, a negação da proposição-conclusão do auditor estará corretamente escrita na forma $[(\sim P)\wedge(Q\wedge R)]\vee[\sim(Q\wedge R)\wedge P]$.
- 44 A proposição “Se o gerente financeiro esteve envolvido no desvio mas o presidente não, então não ocorreu desvio de recursos” é verdadeira.
- 45 A proposição “Não ocorreu desvio se, e somente se nem o gerente financeiro nem o presidente estiveram envolvidos” é verdadeira.

Um argumento lógico válido é uma sequência de proposições, em que algumas são denominadas premissas e são verdadeiras e as demais, denominadas conclusões, são verdadeiras por consequência das premissas.

Considere as seguintes premissas:

- ▶ Algumas auditorias cometem erros.
- ▶ Existem erros aceitáveis e outros, não aceitáveis.
- ▶ Não é aceitável um erro que cause prejuízo aos cofres públicos.

Com base nessas premissas, julgue os itens subsequentes, relativos a argumento lógico válido.

- 46 O argumento constituído das premissas acima e da conclusão “Se o erro não é aceitável, então houve prejuízo aos cofres públicos” é um argumento lógico válido.
- 47 Considere que as proposições acima são premissas de um argumento em que a conclusão é a proposição: “Se uma auditoria comete erro que cause prejuízo aos cofres públicos, então, a auditoria não é aceitável” é um argumento lógico válido.
- 48 O argumento constituído das premissas acima e da conclusão “Se uma auditoria cometeu erro e não houve prejuízo aos cofres públicos, então o erro é aceitável” é um argumento lógico válido.

RASCUNHO

RASCUNHO

De acordo com informações do Censo, a população de determinado município aumentou, entre os anos 2000 e 2010, de 25 mil para 31 mil habitantes. Em 2010, havia, nesse município, 8 mil domicílios residenciais, dos quais 80% dispunham de energia elétrica.

Com base nas informações acima apresentadas, julgue os itens que se seguem.

- 49 Considerando-se que a taxa de crescimento populacional desse município seja linear, é possível estimar que, até o final de 2012, haverá 32.200 habitantes no município.
- 50 Se o crescimento populacional do município, no período considerado, foi linear, então esse crescimento foi de 4% ao ano.
- 51 Em 2010, menos de 1.700 domicílios residenciais desse município não dispunham de energia elétrica.

Uma empresa, com o objetivo de captar recursos financeiros para ampliação de seu mercado de atuação, apresentou projeto ao Banco Alfa, que, após análise, liberou R\$ 1.000.000,00 de empréstimo, que deverá ser quitado em 12 parcelas mensais, a juros nominais de 18% ao ano, capitalizados mensalmente.

Considerando essa situação, julgue os itens a seguir.

- 52 Considerando-se a quitação do empréstimo pelo sistema Price e que 10,90 seja valor aproximado para $\frac{1-1,015^{-12}}{0,015}$, é correto afirmar que o valor de cada parcela será superior a R\$ 90.000,00.
- 53 Se a quitação do empréstimo seguisse o sistema misto de amortização, em que os juros são calculados sobre o saldo devedor remanescente, os valores das prestações seriam decrescentes.
- 54 Considere que, pelo sistema de amortização constante, a primeira parcela de quitação do empréstimo seja superior a R\$ 90.000,00 e, pelo sistema Price, igual a R\$ 83.000,00. Então, pelo sistema misto, a primeira parcela de quitação do empréstimo será inferior a R\$ 82.000,00.
- 55 Sabendo-se que a classificação dos empréstimos está diretamente ligada ao tempo de utilização dos recursos disponibilizados, é correto afirmar que o empréstimo captado pela empresa é classificado como de longo prazo.

Considere que uma empresa tenha feito um empréstimo de determinada quantia em uma financeira, à taxa de 24% ao ano, capitalizada mensalmente, a ser pago em 12 parcelas mensais, e que, ao quitar esse financiamento, tenha apurado que a taxa de inflação no período foi de 3%. Em face dessa situação, julgue o item abaixo.

- 56 O custo de financiamento anual realmente pago pela empresa foi superior a 34%.

Uma empresa lançará um novo produto no mercado mediante investimento inicial de R\$ 27.000,00. Estima-se que, durante seis meses, a partir do primeiro mês de lançamento, esse produto renderá, a cada mês, receitas no valor de R\$ 5.000,00.

Com relação a essa situação, julgue os itens subsequentes.

- 57 Em face da situação apresentada, é correto afirmar que o valor para $\frac{1-(1+i)^{-6}}{i}$ relativo à taxa interna de retorno (TIR) do investimento é superior a 5,3.
- 58 Considere que o montante do investimento tenha sido financiado por uma instituição financeira, a determinada taxa de juros i , de modo que 5,70 seja valor aproximado para $\frac{1-(1+i)^{-6}}{i}$. Com base nessas informações, é correto afirmar que o empréstimo é viável para a empresa.

Julgue os itens a seguir, referentes ao controle da administração pública.

- 59 O TCE/ES caracteriza-se por atuar no controle externo e tem o poder de julgar as contas no que se refere a aspectos como legalidade, eficácia, efetividade e economicidade.
- 60 Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados suspender os atos dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal caso estes tenham exorbitado os limites do poder regulamentar das leis expedidas pelos respectivos órgãos legislativos.
- 61 O recurso contra a autuação, dirigido à chefia do setor de fiscalização de determinado órgão, caracteriza-se como recurso hierárquico próprio e pode ser interposto sem que haja previsão legal para tal.
- 62 Uma das funções precípua do Poder Judiciário é realizar o controle de mérito dos atos administrativos do Poder Executivo que contribuem para o melhor interesse da sociedade.
- 63 A constitucionalidade de lei que estabeleça a concessão da aposentadoria em condições especiais a determinada categoria de funcionários públicos federais poderá ser apreciada pelo Tribunal de Contas da União.
- 64 Caso provoque dano ao patrimônio público, o mesário de uma seção eleitoral em virtude de não receber remuneração, não pode ser penalizado com base na Lei de Improbidade Administrativa, restando apenas a esfera cível para se arguir sobre essa ilicitude.

Julgue os itens que se seguem, acerca dos sistemas de controle jurisdicional da administração pública, da representação e reclamação administrativas e da advocacia administrativa.

- 65 O advogado-geral da União representa judicial e extrajudicialmente a União em seus diversos órgãos, prestando assessoramento e consultoria aos chefes dos três poderes da República.
- 66 Contra ato que seja ilegal ou caracterizado como abuso de poder praticado por agente público qualquer pessoa poderá ingressar com representação; se for o caso de reclamação contra ato da mesma natureza, somente o interessado poderá impetrá-la.

A respeito da Lei Orgânica do TCE/ES e do Código de Ética Profissional dos Servidores desse tribunal, julgue os itens subsequentes.

- 67 Com base na lei orgânica do TCE/ES, é correto afirmar que uma autuação realizada em 1.º de março de 2012 nesse tribunal estará prescrita em 1.º de abril de 2018.
- 68 Só se admite a prestação de consultoria por servidor do TCE/ES a jurisdicionado se tal serviço não for remunerado.
- 69 É vedado a servidor do TCE/ES aceitar presentes, mesmo que não tenham valor comercial.
- 70 Os auditores do TCE/ES podem substituir os conselheiros em seus impedimentos, mediante convocação do presidente do TCE/ES.

Em relação aos indicadores fiscais, julgue os itens a seguir.

- 71 As Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos atrelados à taxa básica SELIC, acarretam o contágio da política monetária pela dívida pública no Brasil. Assim, a política monetária diminui sua eficácia em decorrência do chamado efeito riqueza.
- 72 A análise da evolução das contas do governo no período de 1983 a 1988 demonstra que a crise financeira decorre não apenas da deterioração do resultado primário, mas principalmente da forte retração da disponibilidade de financiamento não inflacionário.
- 73 Para efeitos de mensuração do resultado fiscal, o conceito de setor público compreende o setor público não financeiro, juntamente com o Banco Central do Brasil e a PETROBRAS.
- 74 No cálculo da dívida líquida do setor público, consideram-se os passivos e os ativos do governo federal junto a banco público.

A respeito de economia, julgue os itens seguintes.

- 75** O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. O valor desse índice varia de zero, quando não há desigualdade, até um, quando a desigualdade for máxima.
- 76** A elevação das taxas internacionais de juros em 1979 resultou, entre outros fatores, na forte contração da atividade econômica na economia brasileira nos anos de 1982 e 1983.
- 77** A hipótese de inflação inercial é característica fundamental dos Planos Cruzado e Collor.
- 78** Em 1982, apesar da moratória mexicana, o Brasil não teve problemas para financiar o déficit em seu balanço de pagamentos porque os fundamentos macroeconômicos do país eram sólidos e a liquidez internacional era abundante.
- 79** Caso o setor público gaste menos do que arrecadou, desconsiderando-se a apropriação de juros sobre a dívida existente, haverá superávit primário. Logo, o resultado nominal será positivo.
- 80** Com a implantação do Plano Real no Brasil e o fim da elevada taxa de inflação, a economia brasileira apresentou tendência de resultado nominal positivo.

Com base no disposto na Constituição do Estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

- 81** O estado do Espírito Santo e seus municípios devem conceder tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, com o objetivo de incentivá-las.
- 82** Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do governador, modificar o efetivo da Polícia Militar do Estado.
- 83** É permitido, com prévia autorização do governador do estado, o remanejamento de recursos de um órgão público para outro, desde que o valor a ser remanejado não exceda o limite de 50% do valor fixado para o orçamento da unidade gestora.

À luz da legislação aplicável ao TCE/ES, julgue os itens que se seguem.

- 84** Todos os servidores públicos do estado são segurados obrigatórios do regime de previdência estadual, salvo os magistrados e os policiais e bombeiros militares.
- 85** Antes de proceder à abertura dos invólucros que contenham os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital, o pregoeiro deve analisar e classificar as propostas de valores apresentadas pelos licitantes.
- 86** Perderá um terço de seu vencimento diário o servidor público do estado do Espírito Santo que, sabendo que o horário do início do expediente é às oito horas, chegar às 9 h 15 min da manhã ao seu local de trabalho e não justificar o atraso.

Com base nas Leis n.ºs 12.232/2010, 4.320/1964 e 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), julgue os itens subsecutivos.

- 87** A receita obtida com a alienação de um imóvel que integre o patrimônio público poderá ser utilizada para o financiamento de despesa corrente do ente da Federação que procedeu à venda ou para a aquisição de outro imóvel, para uso público.
- 88** Os serviços de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas devem ser contratados como serviço de publicidade, de acordo com as determinações estabelecidas na Lei n.º 12.232/2010, no que tange a procedimentos licitatórios.
- 89** A lei de orçamento não deverá prever transferência de capital à conta de fundo especial que será utilizada como auxílio para investimentos em aquisição de veículos e(ou) imóveis que serão incorporados ao patrimônio de empresa privada de fins lucrativos que esteja atuando, como parceira, na execução de projeto do governo.
- 90** A solicitação de informação relativa ao resultado das prestações de contas relativas a exercícios anteriores de determinado órgão público independe de motivação, podendo qualquer cidadão ter acesso a essa informação.

PROVA DISCURSIVA P₃ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

- Em cada uma das questões a seguir, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

QUESTÃO 1

Considerando as atuais discussões a respeito da forma de se conduzir um regime diferenciado de previdência e de como sustentá-lo ao longo do tempo, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ organização responsável pela administração desse regime e características dessa organização; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ benefícios assegurados aos beneficiários em atividade e aos seus dependentes; [valor: 2,50 pontos]
- ▶ segurados obrigatórios desse regime. [valor: 3,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

No âmbito jurídico, pode-se afirmar que, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a legislação brasileira já fazia referência à transparência da coisa pública, em geral, e ao acesso do cidadão a informações particulares de seu interesse. Os princípios da transparência e do controle social encontram-se consagrados na Constituição Federal de 1988: o exercício da cidadania é um dos fundamentos da República. Além disso, são assegurados a iniciativa popular em projetos de lei, atendidos os requisitos previstos, e o direito de petição de assuntos de interesse individual, coletivo ou geral. Adicionalmente, a CF, mediante o instituto da ação popular, garantiu instrumentos que visem anular ato lesivo ao patrimônio público. Além disso, a Carta Magna garante ao cidadão o direito de recorrer ao Tribunal de Contas da União para denunciar irregularidades ou ilegalidades. Essa previsão legal garante a assistência de um órgão técnico, especializado, do Estado para auxiliar a sociedade no combate à corrupção e ao desvio de dinheiro público.

Ariosto Antunes Culau e Martin F. de Almeida Fortis. *In: Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal*. XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, nov./2006 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da prestação de contas da gestão pública, de acordo com o que dispõe a LRF.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ avanços significativos obtidos após a vigência da LRF; [valor: 5,00 pontos]
- ▶ obstáculos para a implementação de um controle social pleno. [valor: 4,50 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	